

PORTUGAL, PARA QUÊ?

Para umha interpretação do córpus identitário galego: potencial e carências no relacionamento galego-português

Elias J. Torres Feijó*

Embora seja apenas metodologicamente, esta é a primeira pergunta que, da perspectiva galega, (a que aqui me referirei) entendo deve subjazer a este artigo (e, mais ousadamente, a este livro). Não há nada nela de pretensa provocação ou piegas artifício para um volume destas características: ela é feita, precisamente, porque, considerando-se à partida umha obviedade a sua resposta, quase nunca é formulada; e aquela obviedade está nutrida por um acúmulo de tópicos e crenças poucas vezes referenciados e referenciáveis. Menos tem de provocação, e nada de falsa modéstia, acrescentar que ela me parece o principal contributo deste trabalho.

A questão, assi focada, coloca, a meu juízo, o como nos relacionamos com Portugal (e o mundo denominado, a falta de melhor termo, lusófono) relevando do para quê; desabridamente: qual o benefício do nosso relacionamento com Portugal? Porque toda a relação que voluntariamente se estabelece visa um benefício. E, a seu lado, de que perspectiva, desde que identidade nos relacionamos com Portugal? Nas páginas que seguem dedicarei espaço substantivo às que considero insuficiências do sistema¹ cultural galego e ao seu funcionamento na relação galego-portuguesa assi como aos modos de correção que elas podem ter beneficiando dessa relação.

Se o relacionamento entre elementos de distintos sistemas coloca ineludivelmente umha interrogação sobre o próprio, em casos de sistemas emergentes, fracos na sua génese e em construção da sua definição, a importância do relacionamento extra-sistémico é substantiva, porque as transferências do sistema-meta (aqui o português) podem preencher as lacunas sistémicas do sistema-origem (aqui o galego), mesmo aquelas que servem para o delimitar e caracterizar. Maxime quando, para o caso, Portugal ocupa um histórico papel referencial para o galeguismo e até em muitas ocorrências para a simples condição de ‘galego’; nalguns casos, até, é um histórico e complexo referente de reintegração.

¹ Várias das noções aqui utilizadas, como as de sistema ou repertório são devedoras dos trabalhos de Even-Zohar (por exemplo, 1990), aprofundadas na sua aplicação a casos de sistemas emergentes em Torres Feijó (por exemplo, 2000 e 2002).

À pergunta colocada virám com certeza e celeridade várias respostas prováveis. Quiçá todas se apoiem numha parcela certa, quanto empiricamente demonstrável. Mas, em minha opinião, a maior parte delas também fraquejarám, baseadas no tal acúmulo tópico, cuja referencialidade é em ocasiões inexistente ou até contrária à enunciada, a começar pola invocação da irmandade galego-portuguesa, “Galegos/portugueses, (os nossos) irmaos”.

A Galiza (lembremos: persistentemente com o espanholismo Galicia) e Portugal som indiscutivelmente dous conjuntos humanos próximos (recentemente com maior facilidade de trânsito, desaparecido o muro fronteiriço, galgado de mui diversas maneiras no passado), que tem gerado, e gera, umhas determinadas relações comerciais e, em geral, económicas (que, por sinal, nom aceleram a aproximação cultural galego-portuguesa mas a hispano-lusa). No entanto, e para já, um desses conjuntos está organizado como estado independente desde séculos atrás, e outro como ‘comunidade autónoma’ dum estado, sem memória de independência, o que implica níveis de soberania (aqui tratarei apenas de aspectos culturais) diferentes, e que necessariamente determina os olhares mútuos. Portugal é um agregado que conta entre os seus mitos fundadores ser a mais antiga nação da Europa com as suas fronteiras fixadas, num estado fortemente unitário, cuja tradição democrático-progressista contemporânea é em bastante medida anti-nacionalista, a mais recente construída na resistência anti-salazarista particularmente com Paris como fonte e referente de refúgio e progresso. A Galiza representou, até há pouco, umha esfera rural e atrasada (quase como o Minho e Trás-os-Montes) em boa parte do imaginário da intelectualidade portuguesa (mais, quanto mais ‘lisboeta’ esta fosse), que nom prestava como referente, antes polo contrário, disso se queria fugir². A comunicação de Portugal com o mundo por via terrestre passou por ter quase exclusivamente orige em Lisboa (esquecendo o norte) e primeiro destino (quando nom era já Paris) Madrid, o que significa que a via setentrional ficava fechada: um rápido olhar ao sistema de comunicações ou à distribuição postal pode elucidar isto. Som, estes, entraves importantes para o entendimento do ‘caso (galeguista) galego’ por parte lusa; deste lado, apenas pode beneficiar-se do ainda importante anti-castelhanismo/espanholismo conformador da identidade nacional portuguesa (a Castela/Espanha imperialista e soberba); mas terá como contraponto o forte unitarismo histórico e mesmo o receio que as tendências centrífugas de alguns governos

² Deste ponto de vista, a aproximação cultural galego-portuguesa seria mais tentadora para sectores da direita e ultra-direita portuguesa, o que foi e é nalguns, mui poucos casos, verdade, porque o galeguismo, historicamente considerado até hoje, procurou sistematicamente a sua relação com núcleos republicanos, progressistas, da esquerda, desde Teófilo Braga ao PCP actual e partidos à sua esquerda, passando pola *Seara Nova* na década de vinte, para colocarmos exemplos significativos.

das ilhas vistas como interesseiras e reaccionárias levantam (em Portugal domina ainda, embora em franco declínio, umha consideração da Península bipolar, Espanha/Portugal, polo que alguns tendem a ver umha descentralização portuguesa como homóloga de casos como o catalám, o basco ou o galego, cujas razons som precisamente as que os homologam com Portugal e nom com Os Açores), e até a crença, crescente, de que em Espanha se vive melhor, que tem a derivação de alguns populares desejarem a uniom com Espanha.

Além disto, os sustentadores da ideia-força “Portugal, a nação mais antiga da Europa”, alicerce fundamental do corpus identitário luso precisamente em oposição a qualquer movimento centrípeto Castela/Espanha (e menos ainda os muitos ‘crentes’ nela), nom podem aceitar facilmente que lá ficou um retalho: que a Galiza nom já seja Portugal, mas simplesmente *se pareça com Portugal*, afecta e perturba a coerência desse imaginário. Por isso, é melhor perspectivá-la como Espanha, classificá-la como diferente. E se isto é assi para determinadas elites e intelectuais, pode já deduzir-se que o resto da população que nom se esteja nas tintas na consideração da Galiza, e que será pouca, está formada por este imaginário. Baste apenas revisar os livros de texto ou as noções com que os portugueses se formam sobre a Galiza, no ensino primário, no secundário, na Universidade, na TV (nas instituições conformadoras da mentalidade e da identidade nacionais) e tirar conclusões³.

Para o conjunto da cidadania galega, Portugal tampouco significa um modelo económico, cultural ou social a imitar. Mais: o persistente olhar espanholista conhece na relação com Portugal ainda umha das suas máximas expressões em vários sectores populacionais da Galiza: a necessidade de distinguir-se desses *outros* nom se pode fazer pola via galeguista, que vincula, deve fazer-se pola espanholista, que separa, que *distingue*, num esquema relacional que, certamente no caso galego, tem a ver com o que se tem denominado, simplista mas expressivamente, o ‘auto-ódio’⁴. Podem naturalmente objectivar-se algumas semelhanças galego-portuguesas. Som certas, por exemplo, as similitudes geomorfológicas, de paisagem ou

³ Perspectivando a ‘produção literária sobre o outro’ como um indício nas elites culturais dos modos de interpretar esse outro, o caso contemporâneo português sobre a Galiza nom passa muito dum uso de tópicos e/ou dumha viagem quase de roteiro turístico. E dumha importante confusão sobre o que a Galiza seja e o que possa ter a ver com Portugal: Vid. Torres Feijó, 1999a.

⁴ De todas as maneiras, o importante dinamismo da região norte portuguesa está mudando as coisas, nom tanto activando a emulação como o interesse comercial. Frente à perda de população ou aos índices de desemprego na Galiza nos últimos anos, esta região cresce em mais de 200.000 habitantes e ultrapassa a Galiza em quase um milhão de habitantes, e tem índices nom superiores a 7%. Para interesses económicos galegos, e para a nossa precária indústria cultural, é um mercado potencial dinâmico e crescente. Veja-se, por exemplo, como se apresenta e as potencialidades que oferece a página web da UAERN (União das Associações Empresariais da Região Norte): <http://www.uern.pt/>. Sobre a dinâmica demográfica comparada entre a Galiza e a Região Norte de Portugal pode ver-se umha síntese em Sousa (2003). Colocam-se aqui dados a respeito da região lusa mais próxima e portanto da que oferece maior possibilidade de relação no quadro da região europeia que elas constituem. Isto nom quer dizer, antes muito polo contrário, que aqui se defenda essa relação mesmo preferentemente.

de alguns modos construtivos entre áreas da Galiza e Portugal. Mas se formos para constituíções sócio-históricas, culturais, imaginário, pautas de conduta quotidiana, composição racial da população ou língua, o afastamento e, sobretudo, o ruído (como gerador de confusão na percepção do Outro), são extraordinários. A construção da Galiza contemporânea está feita, em boa parte, por afastamento de Portugal, deliberadamente ou não, porque está feita sobre a base do apagamento do seu construto identitário. Como consequência, muitos dos potenciais elos de união sócio-culturais (incluindo aqui desde a língua e os seus usos às normas de comportamento e hábitos colectivos) estão espanholizados. Não há, na Galiza, um número suficiente de normas, modelos ou materiais⁵ culturais assimiláveis a um padrão nacional para constituir um nítido corpus diferencial galego, desde os gostos desportivos das pessoas ao próprio sentido da nacionalidade: isto é um misto, certamente, da tradição galega, *latu sensu*, e da tradição espanhola, especialmente *strictu sensu* do eixo madrilenho-sevilhano: As horas na Galiza, que comparte fuso horário com Portugal, são diferentes (não assim nas Ilhas Canárias, que também são Espanha)⁶. Um camponês galego pode jantar às 12'00 horas, mas a grande maioria janta em média às 14'30, e sobre essa base está pensado todo o sistema comercial, mercantil, assistencial, educativo e administrativo do País, enquanto em Portugal muitos serviços encerram, inusitadamente para os galegos, ao meio-dia “para almoço”. Na Galiza tratam-se as pessoas quase imediatamente por tu (e o nosso singular tu: apesar disso usamos castelhano⁷), como é moda espanhola, onde os portugueses colocam você/o senhor. O café é diferente; o bacalhau (à portuguesa, simplifica-se aqui um prato preparado de mais de 300 maneiras em Portugal), também. Não é que se use galego ou espanhol, é que no restaurante a pescada é merluza e quando o simpático português, adoutrinado pelo galeguista, diz: “Eu quero pescada”, o empregado recolhe: “Entonces tú, merluza”, síntese perfeita do antedito, estribada na crença de que quase qualquer serviço prestado na Galiza é melhor se feito em espanhol, e que poucas vezes faz reparar ao prestador do mesmo em activar o seu ‘outro uso’ não espanhol. Nas estações de rádio ou na TV ouve-se predominantemente língua espanhola; e quando se trata de futebol, não há um ‘g/j’, ‘ção’ portugueses e similares pronunciado com mínima correcção pelos locutores, que recorrem ao ‘modo espanhol’. O galego, assim, é um misto entre espanhol e português, quer se queira quer

⁵ Estes conceitos, que constituem o modo de estruturar-se um repertório, podem ver-se em Even-Zohar (1999).

⁶ Circunstância que o nacionalismo galego nunca reivindicou, que eu saiba, e cuja invocação soaria a ridículo disparate, quando eu penso que, neste caso, é um elemento identificador de primeira magnitude.

⁷ Usar uma língua não é só usar palavras em determinadas ordes e correspondências. Usar uma língua supõe igualmente, a aplicação de mecanismos e modos de compor a visom das cousas; comporta um imaginário que define culturalmente o utente.

nom, seja mais ou menos crú (ouçam os luso-utentes a tentarem falar galego⁸). Em Portugal há pretos, cada vez mais pretos, a usarem português, o que para este país cujo índice de residentes nascidos na Galiza é dos maiores da Europa e cuja imigração extra-peninsular é mui baixa, é um choque, como o é ainda verem pretos ou árabes pola rua. Por fazer trocadilhos ‘intersistémicos’ lembre-se que o actual presidente da Xunta de Galicia chegou ao poder com o lema “o futuro máis preto”: genial para o bom entendimento galego-português. A qual idioma pertence a palavra ‘botellón’ ou ‘mala hostia’? E esta frase: “Carencias (¿irresolubles?) en Galicia impiden progresar para que pasos decisivos como este alcancen éxito en comunidades que presentan dinámicas como esta, unidas a esa acción sistemática de control administrativo-político”, dita, aliás, com todo o aparelho de sotaque, entoação e pronúncia espanholas. Qual a paráfrase desta: “O futuro da industria está espantosamente preto e nin con bós carros poderá obviarse a realidade inminente dunha crise que alguns toman con ledicia”. Esta ponho-a em ortografia (e só ortografia) reintegrada para evitar que alguém aponte ao dedo em vez de à lua: “O futuro da indústria está espantosamente preto e nem com bons carros poderá obviar-se a realidade imminente dumha crise que alguns tomam com ledícia”. Resulta estranho ouvirmos os portugueses falar de ‘carros’ pola estrada: e *em* galego como se di? Aqui “esperamos um rato, muito rato” e felizmente eles nom venhem. Há mais, muitos mais exemplos e dimensões que logo acodem, mas julgo o leitor perfeitamente ilustrado a esse respeito.

Esse elemento identitário e comunicacional poderoso, a língua, é igualmente distante. Na comunicação oral, a percepção portuguesa do mesmo passa desde a interpretação das falas galegas como linguajares próximos mas castelhanizados no seu léxico, particularmente, e nalguns elementos fonético-fonológicos (depende do uso dialectal do falante), caso dos que temem o galego como língua primeira aprendida num âmbito familiar/social genuinamente galegófono, até umha percepção dum castelhano com traços comuns ou um português com sistema fonético-fonológico, morfológico, sintáctico e semântico (embora com um léxico menos castelhanizado) castelhano. Para o utente galego disponibilizado para o relacionamento galego-português isto é muitas vezes duro e conduz-o a umha conclusom definitiva: galego e português som duas línguas diferentes⁹, entendendo por isto que nada ou quase nada deve procurar-se nessa fonte (isto feito sem olharem para o Leste, em que verificariam que o que

⁸ Por claridade expositiva, vou usar o termo ‘galego’ para o que comumente se julga assi (falares e usos escritos na Galiza da língua própria, incluindo aqui mesmo os que se reclamam utentes de (galego-)português em qualquer das suas variantes) e ‘português’ para a prática lingüística do resto dos luso-utentes. Nom julgo este o sítio para requintes e precisons neste âmbito.

⁹ A conclusom similares pode chegar o utente português, reparando em que nom pode praticar o seu uso habitual na Galiza, nom por falta de compreensom (nalguns casos em determinados usos, sim), mas por falta de disposiçom para a compreensom dos seus interlocutores e polo desconhecimento/ destes do (insuficiente) ‘galego’, permeabilizado polo espanhol.

acham galego é igualmente e nom por acaso espanhol; e sem explorarem o Sul, em que, com nom muita perspicácia, se percatariam de que o que rejeitam por diferente tem ligação directa com o próprio; e que, mesmo este próprio, removendo um pouco, esteve ou está nesse Sul) . Para os que estão introduzidos no denominado ‘debate normativo’ isto fai virar contra as posições reintegracionistas, apontando que, ainda por cima, os portugueses respondem em espanhol. O reintegracionismo passa assi a ser mirage ou ilusom: se temos a mesma língua e eles devem perceber-nos, mas eles nom nos percebem e/ou respondem em castelhano (nós também nom percebemos muitas vezes), a premissa maior é falsa: toda essa construção desaba.

Cabe introduzir aqui, sem solução de continuidade, que Portugal e Espanha som bons espelhos, côncavos, convexos, da identidade galega, do identificado/ável como galego, da sua hierarquia interna de normas, modelos e materiais e da autêntica e real suficiência do nosso sistema cultural: do contraste com esses dous sistemas pode sair o que o contrastador julgue genuinamente galego: naturalmente, a solução última remete para a sua percepção, fortemente condicionada polas crenças dominantes (por exemplo, se ‘galego’ e ‘português’ som umha ou duas línguas é umha crença nom passível de demonstração, a menos que se aceite a determinação estatística como axioma obviando qualquer outro condicionalismo: depende para quem¹⁰). Se bem examinarmos, logo repararemos em que praticamente todos os elementos diferenciais galegos a respeito de Portugal som oriundos e/ou som próprios da cultura espanhola. Daí resta saber, entre outras muitas cousas, se o galeguismo a) está no seu conjunto satisfeito com essa identificação; se, b), ‘o restante galego’ chega para balizar a construção ‘cultura galega’ com garantias de soberania cultural da própria identidade; e se, c), pensa rigorosamente num futuro duradouro e exitoso na sua planificação.

Em termos sócio-culturais, o relacionamento galego-português obviamente só pode processar-se se a Galiza aparece como umha singularidade para Portugal, como umha entidade diferenciada, da Espanha nomeadamente, e, nalguns aspectos, de Portugal, precisamente como Portugal se aparece para nós. O outro caso conduz ao relacionamento hispano-português. Isso implica que os agentes do relacionamento, os portadores da image/marca Galiza, devem safar-se, necessariamente, da ambigüidade, do misto hispano-galego com que, mesmo com independência da própria vontade, se apresentam. Certamente, na relação galego-portuguesa considerada, do lado galego sempre ecoará, indefectivelmente, um pouso espanhol, de maior

ou menor magnitude. Para sermos simples e categóricos, e evitarmos o do dedo e a lua, nos mais reintegracionistas também: na língua, nos usos, no que for. Ora bem. Esse pouso pode ser perspectivado como qualitativamente pouco importante, se for entendido como resto periférico na centralidade do genuinamente galego¹¹. Eis o cerne do problema: a genuinidade do galego, do que seja galego. Dado que os seus próprios utentes e definidores apresentam em qualquer das suas produções e acções marcas extraordinárias de castelhanização, que para uns som e para outros nom, mas que assi funcionam para o português, temos aí um problema de primeira magnitude; ao lado de outro que emerge desta questom: estamos ou nom num processo de (re-)construção identitária e cultural, nom simplesmente dos seus componentes, mas dos definidores e identificadores? Afirmar o primeiro significa aparecer como insuficientes (que é o que acontece quando, por exemplo, falamos de ‘normalização’), e assi aparece a respeito do referente de oposição ‘espanhol’, que é responsabilizado pola insuficiência; mas no que respeita ao relacionamento galego-português o primeiro componente do par nom se assume, regra geral, nesse processo, apresentando-se como resultado: portando o que, *definitivamente* (negação do processo), é galego enquanto o português portará o que é português. A impenitente reacção do português a falar espanhol, porque percebe o outro como um espanhol a tentar falar português, ou um misto hispano-luso incerto, actua assi nom apenas como ‘prurido/complexo luso’ de falar outras línguas, mas também como prova do nom reconhecimento do galego como próximo e singular ou a consideração deste **galego** como periférico na sua identidade central espanhola.

Observada a pretensamente irrefutável lógica que conduz ao desabamento do construto relacional galego-português a que antes aludíamos, assente numha extraordinária dificuldade para esse diálogo que a invocação retórica da irmandade desmentia, ela estriba em, polo menos, duas basilares contradições do lado galego (que só passarám da observação à verificação com bons inquéritos sobre essas realidades, certamente): a já anotada de parecermos, quanto à nossa identidade e particularmente à nossa cultura e língua, como um todo acabado e conhecido, e nom como um conjunto processual complexo e amalgamado e quase desconhecido em Portugal; e a de parecermos nom como um conjunto unitário de comportamentos, usos lingüísticos e atitudes, mas com umha mui contraditória amálgama, muitas vezes integrada nom só no ‘ser galego’ mas no ‘ser galego da Espanha’. Talvez

¹⁰ Vid Torres Feijó, 2000.

¹¹ A Galiza nom deve, aliás, renunciar instrumentalmente, e garantida a sua soberania, ao vínculo cultural e lingüístico espanhol: é, aliás, umha oportunidade de riqueza e aumento da qualidade de vida que deve ser aproveitada: mas nom pode ocupar um lugar central no sistema. De certa maneira, a norma oficial e a sua orientação cultural fai com que assi seja.

podamos somar a estas umha terceira, mas sem afirmá-la com rotundidade: a de os galeguistas calcularmos os portugueses interessados neste relacionamento (nom todos seríamos iguais no Estado Espanhol!), cujo benefício para eles nom aparece nem claro nem explicitado. A recusa por parte lusa do pretenso benefício, que se exprime para já no uso do espanhol, leva a um abandono do esforço comunicacional e a volta sobre si/nós propio(s), acompanhado dum certo desprezo polo relacionamento. Nalguns casos, até, em minha opiniom, atrevo-me a afirmar que alguma destas reacçons está motivada por um certo ressaibo espanholista, consciente ou nom, paradoxalmente.

A primeira contradicçom surge do duplo modo em que muitos galeguistas interpretam e actuam sobre a realidade sócio-cultural da Galiza e como trasladam interpretaçom e açom ao relacionamento com os portugueses. Partindo, os que se declaram galeguistas e defensores do galego, de que estamos num processo de (re-)construçom, a denominada ‘normalizaçom lingüística’- disso releva necessariamente o reconhecimento dumha imperfeicçom que se pretende corrigir. Ora, essa imperfeicçom afecta ao corpus comunicacional *em* galego, aos seus materiais, normas e modelos comunicativos (como se di X cousa; como se constrói X frase, qual a ênfase para X pergunta, qual a sentença para X caso, qual a pronúncia para X palavra, etc.), mas ela nom é assi reconhecida em toda a circunstância, nem por todo o utente, nem vista da mesma maneira, consciente ou inconscientemente. Para já, muitos utentes julgam que, e/ou actuam como se, o seu galego nom precisasse de qualquer aperfeiçoamento. Por quê? Porque realmente nom o necessitam. Várias som as lógicas em jogo: assente a crença da bondade normalizadora, que passa polo uso e nom pola perfeicçom, o importante é falá-lo, e como falá-lo passa pola incorporaçom de algumas marcas reconhecíveis como galego, com elas avonda; outra: nalguns casos, tentar ‘falá-lo bem’ pode ser sinónimo de pedantaria ou ridiculez; mais outra: se nom se incorporar umha boa dose de castelhanismos, de toda a orde, no mundo em que se vive as pessoas nom se entenderiam (ao utilizarem ‘outros materiais’). Mui pouca parte dos galego-utentes sentem problemas sociais importantes no seu uso (talvez os que mais aqueles castelhano-falantes que, em determinadas circunstâncias, ‘sentem’ a obriga de falá-lo e ‘falam-no mal’, cedendo a competência, a posiçom e a autoridade que tinham se usarem o espanhol). Ora, que é usar mal/bem?: provem a defini-lo: encontrarám que nom há umha caracterizaçom exclusiva do que é usar bem/mal; antes polo contrário há muitas e contraditórias: os utentes do galego nom sabem, como si sabem no caso castelhano ou no inglês, definir o que é usar bem; de resto, o que uns consideram usar bem outro consideram-no usar mal e vice-versa. Para os utentes que incorporam ao seu uso do galego um objectivo

‘normalizador’, pode mesmo assomar a sensação de vertige: talvez porque a conclusão é que todos usamos mal, e não podemos levar as coisas (até à evidência) ao borde do niilismo. Mas em escolhas comumente aceites como genuíno galego (a colocação pronominal, ou determinados usos lexicais), regra geral as pessoas ‘usam mal’ o galego. Usam mal, mas não importa, porque usam, e assim vamos andando, ao não precisarmos outro contraste que o nosso próprio entendimento: na dinâmica histórica galega, a correção é, por um lado um conceito sistem(at)icamente mudável com extraordinária rapidez e calado; por outra, é algo que se adia perenemente à espera da normalização plena, que, nem se divisa, nem se urge¹² (todo é um trabalho voluntarioso, isento de prazos, contrastes, responsabilidades e compromissos, menos os exigidos à ‘administração’ como se esta fosse maquinaria abstraída da sociedade em que funciona e que a sustenta; sendo ela, na realidade, um bom escudo para os fracassos e as frustrações: ah, dos que hoje acusam quando governarem!) nem se interroga pelo que será daquela objecto da normalização: possivelmente cada vez menos galego, visto da perspectiva de hoje, mas galego, porque assim se validará no futuro, se por esse caminho tiver futuro. A extraordinária permeabilidade do galego mais ou menos *standar* é tal, em todos os níveis (desde a pronúncia à entoação e o sotaque, desde o uso morfológico até ao semântico-lexico) que é o espanhol-utente o quem não precisa tradução. Isso leva, está levando, à inutilidade do uso, dada a importante permeabilização castelhana.

Pelo demais, a língua actua na colectividade galega como um continuado e explícito sinal de identidade e co-partição, significando para alguns a expressão máxima daquela¹³. Mais que instrumento comunicativo é perspectivado como sinal ou sintoma, marcado sempre, tanto para utentes como para não utentes. Essa primazia do elemento identitário faz com que o elemento comunicativo perda força e se desintegre, dando-se menor importância à qualidade do código. Em todo o processo de uso e caracterização do que seja galego (não só em termos lingüísticos, embora nesta dimensão particularmente revelador e reconhecível) existe nos chamados utentes conscientes, nos galeguistas, um alto grau de auto-complacência, dialecticamente individual e colectivo, fundamentado na necessidade de estender o seu uso, o que para eles justificaria a sua profunda vulnerabilidade e permeabilidade do espanhol (‘a realidade’ é assim, invoca-se), negando mesmo espanholismos flagrantes¹⁴ como tais ou como sendo próprios da coloquialidade, e não se interrogando sobre a sua genuinidade. Em casos, a

¹² Não me reprimo e manipulo um verso de Silvio Rodríguez para aplicá-lo a este caso: “Cumplir celosamente nuestro plan / por un millón de años esperar”.

¹³ Bem mostrou isto Antón Figueroa (1988).

¹⁴ O problema destes espanholismos não é sê-los, em si, essencialmente: é a deterioração que produzem no ‘galego’.

auto-complacência é resultado do uso de pessoas com postos de domínio na sociedade na área em que nos movemos que nunca tivérom a possibilidade de aprender galego ‘regradamente’ (muitas delas, aliás, castelhano-utentes em orixe), o que os exime de esforçar-se por aprender o seu próprio idioma. Poucos somos os que enunciamos que usar bem o galego é difícil, mui difícil em comparaçom com a ‘facilidade’ dos utentes actuais. Exige um processo de aprendizagem com muitos estádios nele. Este mesmo artigo, que é realizado por um doutor em Filologia e professor de Literatura Portuguesa, terá o seu pouso castelhano. Custou-me fazê-lo, também porque duvidava se tal expressom ou determinado uso era o conveniente no nosso sistema e nom era um puro castelhanismo, para o qual, como reintegracionista, acudim às fontes limpas, que podem ir de um dicionário a um popular analfabeto galego ou português. Mas é dessa maneira que consigo fazer um artigo em bom galego/em boa variante do que no mundo se conhece como português. Todo o idioma é difícil de aprender, (o galego também ou nom seria um idioma mas um *crioulito* de cem palavras e quatro regras *enxebres* ocultando a sua fraqueza estrutural), precisa esforços que nom se reduzem a umha semana e ‘vamos andando’. E isto nom é para desmoralizar: é um processo de reconstruçom que deve ser assumido como tal, para nom diluirmo-nos no sistema espanhol e para conseguirmos os objectivos de identidade e soberania cultural que o galeguismo enuncia: a aspiraçom de que as geraçons vindouras aprenderám um galego mais correcto, mais galego e menos espanhol (o seu galego) e usarám-no melhor do que eu.

“Menos mal que nos queda Portugal”, di-se pola Galiza nalguns ambientes. Ainda bem que nos resta, certamente, porque a sua existência é (ilusa) garante de que ainda ficará um recurso para o fracasso da deriva actual. Portugal jogou, continuamente, esse rol no corpus ideológico do galeguismo, desde os seus começos no século XIX. Agora as cousas vam por caminho avesso à reintegraçom. Aqueles ocupantes das esferas do poder lingüístico-cultural do galego, com a sua prática apriorística normativa e a sua censura ao reintegracionismo, às vezes com posiçons ambíguas e legitimadores do ‘poder’ que se afirma combater, que, nem, de facto, aceitam mesmo que isto seja um processo, nem que o construto lingüístico e cultural galego está cheio de espanholismos (repito, nom só lingüísticos, mas culturais) cuja única resoluçom, na lógica da deriva e o intercâmbio históricos, é o reintegracionismo, cegos (interessadamente ou nom) perante a inviabilidade do projecto actual, caminhando inexoravelmente para a sua certa dialectalizaçom, no afundamento ainda invocando que pertencer, pertencemos ao mesma sistema lingüístico, que, lingüísticamente, é a mesma língua (defende-se isto em Monteagudo, ed., 1995). Este exercício irresponsável de pam para hoje e fame para amanhã, com um

adiamento contínuo da assunção da proposta resolutória parece-se bastante com o esgotamento dos recursos naturais que muitos seres humanos praticamos porque nos satisfazemos e, ao mesmo tempo, não nos importamos com o futuro, com a importante diferença de que aqui não há satisfação mas lento martírio. As soluções não se abordam, e passam por soluções miragens sistematicamente não submetidas a medição.

Quero pôr-lhes, não um exemplo mas um calafrio: imaginem que os governos brasileiro e português resolvessem aderir à norma denominada oficial galega: qualquer galeguista, qualquer, se estremeceria e veria o final da identidade cultural galega, cuja expressão máxima é a língua, preto/preto. Ver o Brasil ou Portugal castelhanizando a sua expressão era o primeiro passo para a sua fagocitação pelas comunidades circundantes, que é ao que nós estamos assistindo ao vivo. Ver alguns cidadãos do Bézio ou do ocidente asturiano asindo-se à fraca tábua de salvação do galego da Galiza, num expressivíssimo e dramático exercício de reintegracionismo forte do seu dialecto, mais exemplar que qualquer tratado, mostra o perigo do que ali está mesmo a ponto de ser o final (esperemos bem que não o seja) e do que aqui estamos a meio caminho. Considerar o nosso fraco instrumento lingüístico, tendo em frente a possibilidade da sua solidificação e genuinidade, conduz a pensar que finalmente o galeguismo actua com pouca confiança e crença na sua proposta, com certo temor ou renúncia à consecução dos objectivos enunciados, com o alvo mais posto nele mesmo que no aumento da qualidade de vida dos seus concidadãos, que deve ser a meta superior de qualquer acção programática.

Ora, estas questões da correcção/incorrecção, do bom/mal uso da língua, que numa situação 'normalizada' (naquela em que se usa e reconhece uma única língua da comunidade nela se estabelecendo uma hierarquia e grau de correcção de usos lingüísticos), conduz os seus utentes a situações sociais insustentáveis, na Galiza não. Alguém pode escandalizar-se com um "he dito" formulado por algum político, mas, precisamente, essa escandalização revela problemas maiores: que finalmente é desculpável, porque tentou usar o galego (e não vá ser que o desiludamos e se passe para o espanhol); e que ninguém, não é que não possa, é que não se atreve a atirar a primeira pedra; que a situação é francamente cíclica e sísifca ao ninguém se sentir mal por um sistemático uso deturpado; e manifesta o carácter artificioso da

proposta normalizadora em muitos ámbitos e o seu profundo fracasso. Reitero: fracasso do galeguismo¹⁵.

Ora, essa grande deterioração lingüística (vista dum ponto de vista diacrónico), a profunda incanização e castelhanização da língua (sincronicamente considerada), que passa relativamente despercebida para o comum dos utentes na Galiza, evidencia-se de maneira drástica ao fluir nas comunidades próximas luso e castelhanofalantes. Naquela nom nos entendem e passam logo para o espanhol; nesta entendem-nos mesmo que falemos galego (em já mui poucos programas de TV ou da rádio espanholas se traduz a um galego). Essa perturbação indica algunhas cousas: para alguns, certamente, que, apesar do que diga a romanística, (o seu) galego e (o que entende por) português estão quase mais distantes que (o seu) galego e espanhol, particularmente em neo-falantes (um falante primário de galego educado em entorno galego-falante é melhor percebido por um português do que um neo-falante apesar de utilizar este menos castelhanismos léxicos, porque usa quantidade enorme doutras classes de castelhanismos, maxime se fala ‘pola normativa oficial’ e pom de parte soluções reintegracionistas). Descobre-se, pois, que o nosso ‘usar’ isolacionista nom é umha vara mágica com a qual o mundo luso-brasileiro se abre, que saltamos sem rede a fronteira, porque os do outro lado pouco e distorcidamente conhecem das nossas intenções e situações. Com toda a nossa mochila cheia de marcas espúreas no presumível comum galego-português, vamos a Portugal, e pretendemos que só a nossa auto-consideração de galegos faga de vara mágica, quando com só abrimos a boca logo somos reconhecidos como espanhóis (nom só polas palavras, sobretudo polas expressons e polas formas); nom podemos esquecer que a maior parte dos nossos compatriotas *espanholeia* (dito seja sem carácter pejorativo) ostensivelmente em Portugal, e que mesmo a nossa boa vontade pode ser percebida por alguns como nova forma de ‘submarinismo espanhol’; que o que da Galiza é conhecido é veiculado em espanhol (ou, em algum mínimo caso, na norma actual, espanholizada); que o que o comum conhece é o “Deportivo de La Coruña”, “El Corté Inglês”, Julio Iglesias e Manuel Fraga.

¹⁵ A proposta normalizadora do galeguismo fracassou, ocultando-se na ilusom da miudeza. O carácter fortemente imóvel e passivamente consumista da sociedade galega é, aliás, terreno aboado para esse fracasso. Nengum responsável ‘normalizador’ convoca ‘estados gerais’ para tratar o assunto. Algo tentou fazer a Mesa pola Normalización Lingüística em 2002, e resultou um fracasso, apesar da boa vontade dos organizadores. Nom podo estender-nos aqui nas que considero causas do falhanço. Falta tomar decisons que pretendam o avanço e nom a auto-satisfação inferiorista, precária e regressiva. Às vezes isto parece-se com a polémica dos aeroportos na região noroeste da Península. Em vez de negociarmos com o Porto, redefinindo de passage as nossas possibilidades estratégicas em matéria comunicacional, procurando oportunidades estratégicas, queremos ver se concorremos com o seu aeroporto: tempo perdido, mercado falhado.

Cabem, assi, duas respostas, duas direcções opostas: o refúgio em nós próprios, na nossa fragilidade, perspectivando-nos como ‘culminados e distintos’; ou o recurso reintegracionista, o do esforço (para muitos até sobre-esforço: passar do espanhol para o galego e do galego para o seu constante aperfeiçoamento reintegracionista).

Ora, isto anuncia que se nom se reforça substantivamente o idioma em todas as suas dimensões, ele continuará no seu caminho de diluição no espanhol e será fronteira e uso identitário inúteis: espanhol com marcas galegas, a que já estamos assistindo mas que se oculta ferozmente, deitando culpa sobre os poderes públicos e apagando o importante fracasso social do prestígio lingüístico do galego e da sua inutilidade identitária. Outra: que ele é inválido para as relações comunicacionais luso-galaicas; é espanhol com marcas galegas; ou se o preferirem, português com cada vez maiores marcas espanholas. Quando, em minha opinião, e num processo controlado pelo galeguismo historicamente considerado, a discussão calculável na actualidade nos meios intelectuais galegos implicados seria se o caminho final da reintegração lingüística estaria em adoptar a norma portuguesa ou a brasileira, ou ficarmos pela norma utilizada pela Associação Galega da Língua, e se, no futuro, adoptarmos uma norma fruto dum eventual acordo galego-luso-afro-brasileiro-timorense, explode (Julho de 2003) a satisfação nesses meios com a denominada ‘normativa de concórdia’ aprovada pela RAG; onde concórdia é sinónimo de rendição sustentada no entreguismo dumha facção que se reclamava ‘reintegracionista de mínimos’ (mínimos pressupõem máximos, nom se esqueça), reflexo do nosso atraso e da nossa indefinição¹⁶, e, para cúmulo, legitimador do fracasso isolacionista. Analisando o processo nos últimos trinta anos¹⁷, conclui-se que para muitos mais foi uma disputa pelo poder simbólico, académico, intelectual e até político o que conduziu à actual solução, que uma elaboração da proposta para maior benefício da cidadania. Na interpretação de todo esse processo há que atender a que posição se quer ocupar: eis (a) o capital, mais que ver o que se pensa.

Isto conecta com a segunda contradição, derivada da primeira: como aparecemos e como realmente queremos ser percebidos nesse relacionamento? Sendo a primeira parte de cada um

¹⁶ Se o grau de satisfação é tão alto, cabe perguntar-se pelos objectivos que a nova situação apresenta, a qual ‘responsabiliza’ os pactuantes: quais os repositos normalizadores, como e em que a qualidade de vida dos galegos vai aumentar com essa norma? Quero deixar anotada outra interpretação do caso: existe uma importante homologia entre o carácter ‘popular’ (espanholizado) da ‘norma oficial’ e o corpus central dos produtos culturais que os dominantes fabricam ou promovem: veja-se por exemplo sucessos de TV como *Supermartes*, *Luar* ou as feiras dominicais. No fundo pensa-se em públicos similares. Nom passam dum regionalismo mais ou menos singularizado.

¹⁷ Em boa medida somos ainda devedores de muitos elementos repertoriais fabricados nos anos setenta pelo galeguismo (o popul/ar/ismo de raiz romântica, por exemplo; o passadismo saudosista e paralisante onde os velhos que morrem são tesouros e os jovens vivos nunca o são) que presidem à acção galeguista actual.

dos pares propostos na continuação o conjunto identitário (nom só 'língua' portanto) de que partimos e como nos apresentamos e o segundo a esfera de contacto relacional e partilhado que pretendemos activar, inseparável desse conjunto (digamos, aquilo que é comum), cinco som as fórmulas que me ocorrem, esquematicamente, como tendências dominantes possíveis: como galegos-galegos (como indivíduos que sendo e exercendo de galegos nom apresentam nem reclamam vínculos dominantes com Portugal, além da retórica da irmandade e, algo, de ecos lingüísticos similares: olho: o mesmo que no relacionamento hispano-luso!), se como galegos-espanhóis, se como galego-portugueses (indivíduos que si apresentam e reclamam vínculos exclusivos galego-portugueses e vocação de praticá-los, o que significa aceitar os princípios de processo e de reintegração); se como espanhóis-espanhóis ou se como portugueses-portugueses (enfim, como espanhóis e desde o âmbito hispano-luso ou desde procedimentos que conheceriam a sua homologação na integração sócio-política em Portugal: ponho este último polo do dedo e a lua). Desde o galeguismo, só a terceira condição 'dá para reclamar' atenção lusa; e isso ao amparo dumha prévia e intensa apresentação e caracterização desses programas e objectivos.

E que acontece com o denominado galego-galego?: que assenta em inúmeras falácias, algumas já comentadas, e, sobretudo, que é um instrumento inválido tanto para manter a soberania cultural e identitária como para difundir-la nesse espaço lusófono. De maneira dominante, por parte do poder, foi incutindo-se a ideia do que é galego e do que é português, onde para a primeira esfera se assumem como próprios materiais, normas e modelos espanhóis e polo contrário som rejeitados materiais, normas e modelos galego-portugueses como apenas pertencentes a este último elemento do par. Por isso a discriminação do que é galego versus o que é português está viciada de raiz e redundante na espanholização profunda da entidade 'galego'. A comparação é umha fonte de conhecimento: façam-na a respeito do espanhol e do português. Isto provoca que os galeguistas pratiquem o seu galego em Portugal e fiquem frustrados, sem reparar em que o problema está no seu galeguismo, no seu corpus que eles, reputando-o galeguista (por genuíno), nom reparam em ser um misto luso-hispano com maior peso deste último.

Ora, há também razões de índole prática. Com o nosso misto e, para além de todos os argumentos invocados, ficamos como um guarda-redes dubitativo que nom sabe se sair da baliza ou nela ficar para defender a bola: o golo é inevitável. Invocar, por exemplo no âmbito lingüístico, algumas concomitâncias para depois preservar toda a nossa identificação

espanhola supom um esforço para o receptor luso que nom (lhe) compensa. Antes polo contrário, entorpece o relacionamento porque aumenta o ruído. Estaríamos exigindo um esforço compreensivo aos portugueses importante, porque teriam que aprender a destringir entre o que é comum galego-português e o que o é galego-espanhol, confundindo com tanto ruído continuamente os planos. Um ruído produzido, ao lado de todos os estereótipos dos uns sobre os outros, pola circulação de três esquemas comunicacionais diferentes: o português, o espanhol e o *misto* galego, que coloca em sistemática *praesentia* o espanhol mesmo que este esteja em aparente *absentia*. O resultado está à vista: como a Galiza aparece como um misto, onde apenas o substrato lingüístico, geo-humano permite encontrar alguma referência comum, muitos portugueses preferem saltar decididamente para um esquema relacional hispano-luso ou ainda galego/hispano-luso, menos custoso que o galego-português nos termos dominantes actuais. Melhor o definido que o indefinido. Fácil será compreender que esse esquema insustentável é francamente ultrapassado polo volume relacional hispano-luso estabelecido através da Extremadura espanhola¹⁸ e mesmo, talvez, pola Galiza espanhola. Dado o interesse comercial e cultural de contacto entre as duas áreas, esse volume ultrapassa escandalosamente o relacionamento galego-luso. Veja-se e verifique-se. A grande frustração virá quando um hipotético governo nacionalista, na tradição galeguista, queira impulsionar (duvido-o à vista da actividade geral das câmaras das cidades governadas polo BNG, com alguma excepção) o relacionamento galego-português e repare a sério no ‘estado da nossa identidade’: o nosso instrumento é umha chave velha, passada e, sobretudo, mui enferrujada para abrir portas lusófonas¹⁹; para as espanholas nom fai falta chave. E logo já deixaremos de histórias de ‘os nossos irmãos’... A nom existir umha prática reintegracionista, alicerçada numha estratégia como a exposta ou noutra que supere este contributo, nom vai merecer a pena a Portugal o relacionamento.

Galiza soma à carência de instrumentos jurídico-políticos de que se costuma dotar o Estado moderno ocidental, a sua nula vontade, nesta esfera, de intervir como tal em parcela nenhuma (ao contrário, por exemplo, que a Catalunha)²⁰. Galiza é Espanha, com algumas peculiaridades, mas é Espanha, e do ponto de vista cultural isso fai-se particularmente notável:

¹⁸ Nom tenho espaço aqui para desenvolver e dar dados sobre o assunto. Para umha rápida visom das cousas podem ver-se <http://www.gitextremadura.com/presentaciones/cooperacion.htm> e <http://www-derecho.unex.es/waex/AEExterior.htm>

¹⁹ Deixei esta frase apesar de que ser velho, passado e, nalguns casos, enferrujado (refiro-me aqui a ‘o espanhol’ corroendo ‘o galego’) fai parte dalgumha mítica galeguista que sempre vê salvo o País... no seu imaginário, outra vez.

²⁰ Com excepções... perversas. Culturalmente, é digno de ser analisado o fenómeno das cátedras de galego nas universidades lusas (e brasileiras): importante fracasso em alunos, cuja motivação especial para o estudo do galego nom passa precisamente por este mas por outras razões entre as quais ter um mês com gastos pagos na Galiza a ‘aperfeiçoar’ o seu galego: o dinheiro para todo isto sai dos orçamentos governamentais para a normalização lingüística num revelador plano de normalizar lusos e brasileiros, que permite mobilidades de profissionais galegos do ensino secundário e universitário.

a umha língua desfeita (nunca já traduzida para espanhol nem em meios públicos nem privados), soma-se que a via para o triunfo é negada ou rejeitada.

Ora: da consideração dos elementos e linhas tratadas e da sua focage, facilmente se deduz umha evidência que nem sempre é constatada: quem tem o problema identitário e ‘normalizador’, quem precisa de eventuais reforços substantivos para preencher lacunas e ocupar espaços fulcrais na própria área, mesmo para contribuir decisivamente para o avanço dos programas normalizadores, de definir os modos das suas relações internacionais, é o galeguismo e nom os portugueses. Quem pode tirar benefício do relacionamento?: as duas partes, e assi deve ser para que o relacionamento funcione e seja aceite por ambos lados; mas com a diferença de que no caso galeguista está em jogo a própria identidade e a sua definição. Se se aceitarem estas premissas e a bondade do relacionamento, os agentes e grupos galeguistas interessados temem, indefectivamente, que fazer dous reconhecimentos, *ad intra* e *ad extra*, que em termos sócio-lingüísticos/culturais podem sintetizar-se assi:

a) que a nossa é umha língua/cultura em reconstrução e descastelhanização/despanholização.

b) que ‘no português’ está a genuinidade lingüística de que podemos beber sem afogarmos em caso nengum.

Assi sendo, Portugal contaria com umha singularidade particularmente benéfica para nós: a compartição de materiais e chaves culturais e, particularmente um sistema lingüístico em que ainda se pode atingir níveis de intercompreensão grandes, que caberia explorar ao máximo do nosso lado: o benefício galeguista se situa em duas dimensões:

-O de ele contribuir para o restauro e fortalecimento do nosso sistema cultural, particularmente lingüístico, transferindo todos os materiais, normas e modelos possíveis de Portugal, ou, visto doutro ponto de vista, reintegrando-nos nesse sistema: isto é, preencher todas as lacunas dos nossos défices projectivos²¹, particularmente nos identificadores e definidores, com os materiais lusófonos. Isto tem como resultado balizar-se a respeito do espanhol, garantir a própria continuidade e defender-se da permeabilidade espanhola. Assi, o relacionamento com Portugal galeguiza a Galiza.

²¹ Vid. Torres Feijó, 2000 para este conceito.

-O de permitir um fluxo sem intermediação para os nossos produtos e bens (nom apenas culturais) em Portugal e, em geral, no espaço lusófono.

O desenvolvimento das acções tendentes a alcançar estes objectivos passa inexoravelmente por convencer os portugueses da nossa realidade e do conseqüente respeito a, mas também intervençom em²², o nosso processo, com a garantia de ele realizar-se dentro das coordenadas lusófonas ou, por melhor dizer, dentro do intersistema galego-luso-afro-brasileiro-timorense. Será preciso umha forte propaganda no país vizinho e no Brasil, dirigindo-nos como mercado potencial a Portugal, em todas as dimensons fazendo patente essa integraçom, mesmo que depois o ritmo da nossa comunidade nom se acompasse com todo o prometido: podemos fazer umha campanha turística que, entre os benefícios da visita, esteja o de que o visitante luso ‘nom terá que mudar de idioma’, promovendo precisamente na populaçom galega (especialmente no sector turístico) umha interacçom entre comercial e de ‘competência’ cultural) que, por sua vez, acresça os mecanismos fortalecedores da ‘normalizaçom lingüística e cultural’; podemos vender ‘celtismo’ e incorporar Portugal a espaços culturais onde somos fortes, por exemplo.

Estrategicamente, o galeguismo deve incorporar e aproveitar/patrimonializar os materiais e agentes desse intersistema mais prestigiados em cada momento e segundo que sector de público-alvo se queira atingir, e fomentar o (re-)conhecimento como próprio de todo esse património, em que a língua tem que desenvolver papel veicular central.

No conjunto dos benefícios que a meu juízo se derivam especificamente do relacionamento luso/lusófono-galaico para o segundo elemento do par, devem ainda somar-se mais dous, encaixáveis no âmbito da planificaçom cultural, a comportarem, para o galeguismo num caso e para o conjunto da cidadania galega noutro, umha fundamental componente estratégica: a comunicaçom com Portugal (e o mundo lusófono) feita desde a identidade galega e perspectivando esta como portadora de elos de uniom singulares e exclusivos com a lusofonia, reforça-a: permite focar como próprio e patrimonial um importante acúmulo de

²² Quero deixar apontada a desqualificaçom doutro mito no relacionamento galego-português. A da sua assimetria (pouca ataçom lusa, muita galeguista), sustentada por exemplo por Pilar Vázquez Cuesta (1995) e crença comum em sectores galeguistas. É mui discutível; o galeguismo contou com aliados lusos de primeira fileira nas várias fases da sua história e em mais dumha ocasiom reagiu contra eles ou ignorou-nos quando estes intervinhérom na questom galega, precisamente reclamados por esses galeguistas e utilizando e reforçando os mesmos argumentos galeguistas; cito quatro casos de dous momentos diferentes: Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos, Jacinto do Prado Coelho e Manuel Rodrigues Lapa (vid. para alguns casos, Torres Feijó, 1999 e 2003).

tradição e bens (aqui culturais), desde Figo a Caetano Veloso passando por Mia Couto. Essa oferta identitária redefine-se igualmente como um projecto de aumentar a qualidade de vida dos utentes, fim que julgo primeiro de qualquer proposta cultural (ergo, diga-se de passagem, se o projecto cultural e identitário galeguista nom significasse um aumento da qualidade de vida dos seus praticantes e destinatários, deveria abandonar-se). O instrumento lingüístico configura-se como meio de fluxo recíproco e de acesso a bens (de um livro de medicina a umha biografia de Sting). Constitui-se, assi, um conjunto programático e repertorial a oferecer à comunidade com um potencial atractivo em termos de qualidade de vida, particularmente para os membros mais novos e dinámicos da comunidade. E dado o evidente caminho de acréscimo e dominância das relações intercomunitárias que o mundo leva, com consolidação de espaços intersistémicos fortes como mecanismos também de sobrevivência e garantes de soberania, o intersistema aludido é a nossa fundamental potencialidade; esse ou, definitivamente, a integração no intersistema espanhol-hispanoamericano como umha particularidade diluída e inútil.

Logicamente, todo isto passa porque se fomenta o hábito do relacionamento até fazê-lo quotidiano, com a mesma quotidianidade e ‘naturalidade’ com que circulam os produtos hispano-americanos por Espanha e vice-versa. Deve, pois, fomentar-se a circulação massiva de produtos lusófonos e lusógrafos, em todos os níveis; e introduzir-se a aprendizagem do ‘português’ na Galiza, particularmente no âmbito escolar: o prejuízo que umha consideração estrangeira do português teria, julgo que se veria ultrapassado e largamente compensado polo benefício do conhecimento do outro, mesmo em extremos simples como habituar o ouvido galego às múltiplas falas (galego-)portuguesas, como o ouvido espanhol está habituado aos falares onubenses ou bonaerenses, e para preparar tecnicamente as pessoas que queiram aceder a práticas reintegracionistas. Em troca, deve fomentar-se, no estrangeiro, mui especialmente nos parceiros do intersistema, nom precisamente a aprendizagem do galego oficial actual (si de modo instrumental para a abordagem de textos) mas sobretudo a produção cultural e a realidade conflitiva da Galiza (sem recursos épicos), deixando ver qual o papel que se reclama do resto do intersistema e o que a nossa realidade pode oferecer. Pretender que os portugueses entendam o galego corrompido é um custo desnecessário, como já foi dito: convertemo-nos numha comunidade galego-espanhola, nada atractiva como tal, com umha língua mista, difícil de compreender e cuja *utilidade de uso* é nula, mesmo na Galiza, onde melhor é utilizar o espanhol.

No sentido aludido, o relacionamento galego-português deve ser dotado de plataformas estáveis. É importante que qualquer acesso ao poder político, cultural, académico ou económico do galeguismo vise esse objectivo: desde a presença no conselho dumha Fundação dumha entidade bancária até à presidência dumha Câmara ou umha vereação cultural ou de festas, ou a direcção dum centro educativo. Que se gerem circuitos igualmente estáveis de circulação, instrumentos e espaços estáveis de cooperação, desde produções cinematográficas até encenações teatrais, é fulcral para os objectivos invocados.

Isto, aliás, constitui umha oportunidade estratégica (de mercado, se quizerem, e sobretudo para a nossa precária indústria cultural): aproveitando a nossa posição, podemos ocupar a função de chave entre as comunidades luso e castelhano-utentes (fazer da fraqueza fortaleza), podendo jogar-se um importante rol de mediação com a restantes comunidades ibéricas e iberoamericanas; e nom necessariamente cimentado na nossa pertença político-jurídica a Espanha ou na nossa biografia secular comum com Espanha: o galeguismo poderá aproveitar muito dos seus vínculos hispanoamericanos derivados da emigração galega, evitando fazer passar em exclusivo o relacionamento pola nossa ‘identidade espanhola’, e convertendo-os em valor forte, ainda que, de todas as maneiras, terá por fim que relacionar-se com Espanha e os seus povos, de maneira soberana, adulta e fraterna, substituindo os seus modos actuais, edipianos às vezes e subalternos outras. Mas, sobretudo, e, dado o complexo e intrincado relacionamento luso-brasileiro, os galegos podemos exercer umha mui benéfica cabeça de ponte com vista à difusão dos produtos e produtores africanos e brasileiros no resto da Europa.

Pode parecer que tratei muito da Galiza e pouco de Portugal. Espero que se pense que o meu argumento central é precisamente examinar desde a Galiza as condições e condicionalismos do relacionamento. Como últimas notas, e aproveitando um texto destas características, só desejo naturalmente convidar as pessoas a praticarem no seu âmbito e possibilidades as referidas propostas e, mui especialmente, sintetizar que o projecto cultural galego, ‘soberanista’, apenas tem viabilidade, difícil certamente, no intersistema galego-luso-afro-brasileiro-timorense, mais com a constatação do fracasso forte da linha galeguista dominante no seu projecto normativo e normalizador. Só resta saber se o seu reconhecimento provocará umha profunda auto-crítica no galeguismo e se ela nom será (é-o já como discurso ‘para a totalidade da nação’?) tarde demais.

BIBLIOGRAFIA:

(Selecionam-se alguns trabalhos sobre o relacionamento galego-português, com diversos pontos de vista e perspectivas metodológicas diversas na área cultural, com certo pendor globalizador, além da bibliografia citada no texto).

- Banhos, Alexandre e outros *Galiza Portugal, uma só nação*, (1997): Lisboa: Nova Arrancada.
- Barbosa Álvarez, José Manuel (1992): “Galiza e Portugal: umha ou duas naçons?” *Agália*, 32: 513-524.
- *Do músculo da boca : colaboraçom de alguns dos participantes no Encontro Galego no Mundo-Latim em Pó* (2001) organizado ao amparo da Cámara Municipal de Santiago de Compostela, Programa Santiago de Compostela, Capital Europeia da Cultura-2000. Edição de Gonçalo Cordeiro Rua, Carlos Quiroga Diaz e Elias J. Torres Feijó, Santiago de Compostela, Encontro *Galego no Mundo-Latim en Pó*.
- Even-Zohar, Itamar: (1990) “The Polystem Theory”; *Poetics Today*, 11: 1. Tb. em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/ps/polystem.html>.
- Figueroa, Antón (1988): *Diglosia e texto*, Vigo, Xerais.
- Fraga Iribarne, Manuel (1991): “A Galiza e Portugal no marco europeu” .Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- López Suevos, Ramón (1987): *Portugal no quadro peninsular: subsídios para a análise histórica* estrutural, Santiago de Compostela, Associação Galega da Língua.
- Miragaia, Manuel (1990): “A Realidade portuguesa no pensamento galeguista”: *Agália*, 23: 269-288.
- Monteagudo Romero, Henrique (ed.) (1995): *Estudios de sociolingüística galega sobre a norma do galego culto*, Vigo : Galaxia.
- Rodrigues Fagim, Valentim (2002): “A Soberanía lingüística na língua galega”, *Análise empresarial*, 32: 73-79.
- Sousa, Ricardo M. (2003), “*Dinâmica demográfica do Norte de Portugal e da Galiza: uma perspectiva comparada*”, *Eco Revista del Eje Atlántico*, 142: 29.

Torres Feijo, Elías J:

- (1999a) “O fim do milénio que começámos juntos” A Galiza como material repertorial central no romance português contemporâneo, de 1991 a 1994: literatura de autognose?” *Nova Renascença*, 72-73: 291-313.

- (1999b) “Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)”, *Ler História*, 36: 273-318.
- (2000): “Norma lingüística e (inter-)sistema cultural : o caso galego”: *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera : 1er Encuentro de Lusitanistas Españoles* , Cáceres, 10, 11 e 12 de Novembro de 1999. Edição de de Juan M. Carrasco González, M^a Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. -- Cáceres : Universidad de Extremadura, 2000. -- v.2, : 967-996.
- (2003) “O 25 de Abril e as suas imediatas conseqüências para e no campo cultural galeguista“, *Actas do VII Congreso Internacional de Estudios Galego*” – Barcelona, Maio 2003 (no prelo).
- Vázquez Cuesta, Pilar (1995): “Portugal-Galicia, Galicia-Portugal: Un diálogo asimétrico”: *Colóquio. Letras*, nº 137/138: 5-21.
- Villares, Ramón (1983): “As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea”, *Grial*, 81: 301-314.

* Professor titular de Filologia Galega e Portuguesa na USC. Director do Grupo de Investigación GALABRA (nos sistemas culturais galego, luso, africano e brasileiro de língua portuguesa) da USC. Este artigo sairá no livro na Laiovento "Galiza-Portugal: a reorganização territorial do ocidente atlântico do Ocidente ibérico": Rubén Lois e Xosé Constenla editores.